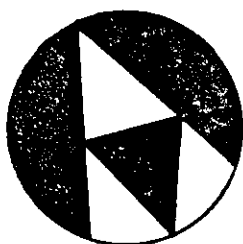


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ — UFPA.



NAEA

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

SETOR DE PESQUISA

REFLEXÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE
ASSENTAMENTOS EXTRATIVISTAS EM ÁREAS
DE CASTANHAIS DO SUDESTE DO PARÁ

MARÍLIA FERREIRA EMMI
ROSA E. ACEVEDO MARIN

BELÉM — PARÁ — BRASIL

REFLEXÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE
ASSENTAMENTOS EXTRATIVISTAS EM ÁREAS
DE CASTANHAIS DO SUDESTE DO PARÁ

Marília Ferreira Emmi^(*)
Rosa E. Acevedo Marin

I. Tendências dos assentamentos recentes

A idéia de assentamentos extrativistas encontrou, até o presente, pouco eco no Pará. Praticamente nesse último ano, que começou a ser difundida a proposta e algumas respostas foram dadas.

O encaminhamento institucional iniciou com a portaria do MIRAD 627 de 30 de julho de 1987 que criou o Projeto de Assentamento Extrativista. No Pará, foi em junho do presente ano, após as negociações de aquisição de castanhais pelo MIRAD que se publicou a Portaria No. 1011 de 20/08/1988. A Portaria resolve criar um Grupo Executivo, de caráter transitório constituído por "servidores do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD e do Instituto Jurídico das Terras Rurais - INTER, com a participação de representantes da Governadoria do Estado do Pará, do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal - IBDF, do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, da Secretaria de Agricultura do Pará - SAGRI, da Cia. Paraense de Mecanização, Industrialização e Comercialização Agropecuária - COPAGRO, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER; das Prefeituras Municipais e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Itupiranga, São João do Araguaia, Marabá e Xinguara". O Grupo Executivo assim composto teria como atribuição: "Proceder ao levantamento físico dos imóveis rurais e seus ocupantes, situados nas áreas adquiridas por este Ministério, no chamado "Polígono dos Castanhais", selecionando os beneficiários para efeito de cadastramento; bem como definir a forma de ocupação do assentamento - se extrativista ou tradicional - e as formas necessárias aos planos Preliminares".

O trabalho teve o desdobramento que é importante relatar:

1. Os integrantes do Grupo, organizados em equipe de técnicos foram divididos em função de duas tarefas: A primeira equipe responsável pelo trabalho de campo e com a atribuição de elaborar um

[*]. Pesquisadoras do NAEA/UFPA e professoras do CFCH/UFPA.

"Diagnóstico"; a segunda, a partir das informações colhidas no campo elaboraria os Planos Preliminares de Assentamento, cabendo-lhe a responsabilidade de decidir a natureza do assentamento conforme as duas modalidades: tradicional ou extrativista.

2. A equipe de campo elaborou o Diagnóstico de 36 áreas de castanha is adquiridas pelo MIRAD. Essa área corresponde a 130.918, hectares. No Diagnóstico foram anotadas informações referentes ao número de ocupantes, capacidade de novos assentamentos, capacidade natural de uso da terra, revestimento florístico, principais culturas, produtividade. Observações complementares do Diagnóstico apontavam para a preservação ou destruição da floresta castanheira. Essa primeira fase de trabalho está tendo continuidade no presente.

O segundo grupo realizou três reuniões na sede do MIRAD. Nas suas discussões enfatizam a inviabilidade de assentamentos extrativistas, propondo assentamentos tradicionais em lotes de 50 ha.

Os argumentos utilizados pelo Grupo recaem sobre a caracterização das áreas de castanhais, tendo em conta a destruição dessas árvores. O segundo argumento diz respeito ao que definem como "forte individualismo" dos trabalhadores. Trazendo como exemplo experiências mal sucedidas do INCRA no Paraná e apontam que "esse tipo de assentamento não tem sentido". Assim a tônica das reuniões é discutir assentamento tradicional, organizando os dados numa ficha modelo para cada área.

Nessas reuniões, poucas vezes se fizeram presentes os representantes sindicais e os motivos são fáceis de levantar: dificuldade de comunicação com essas entidades, conveniência das datas, distância dos lugares de atuação do sindicato: até Belém onde se realizam.

A presença de um sindicalista numa das reuniões do Grupo teve como objetivo indicar sete áreas onde o assentamento teria prioridade devido ao clima de tensão. A decisão nesses casos recaiu sobre assentamento tradicional.

Estamos diante de um quadro que tende ao desestímulo do assentamento extrativista. Na ocasião em que participamos dessas reuniões do Grupo vimos o pouco interesse em discutir essa alternativa, pro parte dos Técnicos. De fato, essa questão nos remete ao quadro real. Dos castanhais adquiridos, um grupo que ainda possuía uma cobertura vegetal considerável (70%) da área, devido a indefinição e mo

rosidade das soluções, foi objeto de ocupação desordenada. En-
contram-se neles, posseiros, pistoleiros, comerciantes, "prepostos de
donos de castanhais, madeireiros, garimpeiros. Uma enorme diversidade
de interesses, uma situação que se revela caótica, onde é praticamen-
te impossível estabelecer a ordem. Neles realizam-se negociações es-
peculativas de venda de lotes. Os castanhais: Pimenteira, Lagedo, Bo-
ca do Cardoso, Abobora são exemplos dessa situação. A própria nego-
ciação por parte do MIRAD precipitou a ocupação e não apenas de traba-
lhadores ou ex-castanheiros, como é o caso do Castanhal São Benedito.

Outra situação que inviabiliza irreversivelmente a pro-
posta é daquelas áreas onde foi destruída a riqueza castanheira. As
possibilidades de assentamentos extrativistas podem ser encontradas na-
queles espaços com existência de castanha e pouco afetos por uma ocu-
pação recente.

O posicionamento institucional pouco favorável ao assen-
tamento extrativista não se exprime apenas na Portaria de julho últi-
mo. As negociações sobre os castanhais encontraram um vazio nessas
instituições, que não cogitavam o que fazer e como fazer ou agir nes-
sas áreas, enquanto os trabalhadores haviam avançado nas suas proposi-
ções e práticas. A Portaria resulta de uma decisão que pode tornar-se inócua
diante da morosidade e incapacidade administrativa que facilita o cli-
ma de insatisfação, tensão e fundamentalmente colabora com a especula-
ção sobre a terra.

Os interesses institucionais não apenas não coincidem
com o projeto de assentamento extrativista, mas o antagonizam ou passam
a descartar utilizando argumentos gerais: Não existência de áreas pas-
síveis de exploração sob essa modalidade e da rejeição da propriedade
coletiva pelos trabalhadores, Entretanto essa última resulta de impo-
sições traduzidas pelo mercado de terras e a impossibilidade de extra-
ir a sobrevivência dos lotes, portanto de uma estrutura de apropriação
e dominação.

O projeto de criação do "Polígono de Castanhais" [*] que
emergiu do grupo de "donos de castanhais" recebeu calorosa acolhida da
parte da tecnocracia estatal. Se hoje, não é mais a linha de combate
desse grupo, há por parte do Estado e seus atores uma adesão aos seus
novos interesses: a negociação. O continuísmo de projetos de assenta-
mento sem importar o acúmulo de insucessos, é retomado nas áreas nego-

[*] EMMI, Marília, Bentes, Rosineide, Acevedo, Rosa - Polígono Cas-
taneiro do Tocantins: Espaço Contestado de Oligarquias Deca-

ciadas.

A oligarquia castanheira aposta no fim do extrativismo e há muito tempo vem canalizando seus capitais para outras atividades, notadamente a pecuária. Atualmente empenha-se em auferir vantagens financeiras em cima de terras com reserva natural que não conseguiu manter. A fórmula mágica para resolver seus problemas foi a negociação. Prova disso é a pressão contínua para que novas aquisições sejam realizadas, por outro lado enquanto ainda seja viável a economia castanheira, a oligarquia continuará visualizando lucros com a compra das safras, com investimento local a custo zero. Inclusive saindo do campo dos conflitos pela terra, reinaugura sua participação política tentando apagar as manchas.

Para a oligarquia a formulação mais acabada do que fazer com a floresta castanheira remanescente foi a proposta de criação do Polígono Castanheiro do Tocantins, concebido como uma reserva natural sobre a qual eles pretendiam manter o domínio de enormes extensões de terra. A proposta não respondia a problemas de como explorar a castanha e afastava qualquer hipótese de autonomia dos castanheiros sob o uso desses recursos. A perda dos seus domínios e a alternativa de negociação fez esse grupo recuar sobre a pretensão e no seu lugar não aparece um posicionamento claro. Seja assentamento tradicional, seja assentamento extrativista, o relevante para os comerciantes e beneficiadores da castanha é a manutenção de níveis de produção que continuem viabilizando a indústria da castanha, e isso significou até agora o controle da venda e os ganhos diretos sobre a castanha adquirida dos produtores.

O sistema de apropriação do excedente [a "cabeça do hectolítro"] pouco se alterou desde as fases de enraizamento da economia castanheira na região e ele constitui o ponto nevrálgico das rupturas com uma estrutura de denominação econômica e política ainda vigente.

Os sindicatos dos municípios contemplados para os Planos Preliminares de assentamentos [tradicionais ou extrativistas] e onde está localizada a maior parte das áreas negociadas pelo MIRAD nesse ano, São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Xinguara. A prolongada luta pela terra ainda com saldos de morte (como em Xinguara), a própria luta política no interior dos sindicatos (caso de Marabá e Itupiranga), o acúmulo de forças para afirmar a liderança do Sindicato [São João do Araguaia] colocam-se como principais discussões e nela encontram, maior ou menor espaço, as teses sobre como usufruir a

terra, as formas de propriedade. Essa discussão muitas vezes está em butida na venda dos lotes em castanhais ocupados (caso do Cuxiũ).

Parte da liderança adota a propriedade comum da terra. O MIRAD propõe para cada assentamento contratos de concessão de Direito Real de Uso, conforme está previsto no Convênio entre o MIRAD e o Governo do Estado do Pará, assinado em 25 de maio último. Certamente não corresponde à visão dos trabalhadores e lideranças, e sim à uma posição tecnicista de pensar barreiras institucionais para impedir a negociação sobre os lotes, como se a medida pudesse resultar num preventivo diante às poderosas forças do mercado de terras,

Em reunião de trabalhadores presenciada durante trabalho de campo em outubro de 1987, constatamos a divisão interna em torno do assunto: concessão de uso e propriedade coletiva. A liderança experiente, com maior coerência política, é favorável à terra de uso coletivo e à propriedade comunitária. A adesão a posições políticas partidárias e a visão da luta na história os levam a defender esse projeto, que constituiria a base jurídica mais adequada a assentamentos extrativistas. Por parte de uma maioria dos trabalhadores há uma resistência à idéia de propriedade comunitária. A insegurança, a desconfiança, a fidelidade, a tradição da propriedade, o sonho da terra própria fazem dessa nova prática social uma situação potencialmente perturbadora, que gera a confusão, assim acabando por transformar essas idéias em inaceitáveis a curto prazo. Contraditoriamente esse grupo tem inúmeras experiências de ações coletivas, com demonstração de solidariedade e de resultados eficientes; e um exemplo importante o constituem as estratégias e ações desenvolvidas na ocupação de castanhais. Embora essa trajetória seja importante nas suas vidas, objetivos e valores que não podem ser apenas descritos como individualistas interferam na opção sobre o tipo de propriedade.

Outro problema que se coloca diz respeito ao conhecimento e manejo de castanhais. Migrantes de outras regiões do país e mesmo paraenses não contam na sua experiência de trabalho as relacionadas com a exploração de castanhais. O Sindicato de São João do Araguaia conduziu uma campanha de divulgação sobre essa riqueza para evitar queima de árvores e venda de castanheiras para comerciantes de madeira (*). A maior atenção para com essas experiências é fundamental para iniciar práticas diferentes de aproveitamento do habitat natural da castanha. No assentamento tradicional predominam o roçado,

(*) Uma iniciativa interessante foi a realização do I Simpósio Maranhense do Meio Ambiente, promovido pelo CEPASP em junho de 1988 e onde estavam presente trabalhadores da região.

alguma criação de gado que coloca em xeque, a maioria das vezes, o extrativismo da castanha. Os Planos de assentamentos extrativistas requerem um exame detalhado dos sistemas agrários pré-existentes. As metas de preservação e de exploração do meio não se restringem a mono-extrativismo e sim a um dimensionamento de recursos, com atenção ã complementariedade de utilização e de criação de riquezas, anulando os efeitos destrutivos sobre um dado eco-sistema em equilíbrio.

II. Análises das possibilidades de assentamentos extrativistas em castanhais do Parã

Com base em dados orgaanizados pelo Diagnóstico do Grupo de Trabalho e conferindo com Mapas do IBDF e informações de campo podemos apontar, de forma preliminar, onde existem essas possibilidades de assentamentos extrativistas voltados para exploração da castanha na região sudeste do Parã.

A primeira tabela de referência lista os castanhais vistoriados, sua localização e área. Hipoteticamente os 35 castanhais vistōriados serão objeto de assentamento, correspondendo a uma área de 130.918, ha. Com base nos dados contidos nos Diagnósticos individuais de cada castanhal elaboramos uma 2a. tab. onde estão incluídos apenas os castanhais que apresentam uma cobertura florística de castanheiras, correspondendo a mais de 70% da área.

Os técnicos reponsáveis pelo Diagnóstico agruparam os castanhais vistoriados em grupos de acordo a proximidade física e características comuns enquanto a preservação das matas. A revisão dos Grupos permite imaginar que o trabalho de campo não foi intensivo. Castanhais devastados entraram em grupos com cobertura florística, quer dizer que houve um agrupamento partindo de uma suposição da conservação dessa floresta.

Pelo Diagnóstico da equipe, 17 castanhais, com área total de 51.586,04 ha, representando 40% do total vistoriado já se encontram completamente descaracterizados, neles houve perda considerável da cobertura vegetal, produto das queimadas (*) Dezoito castanhais com área de 66.854,72 ha correspondendo a 60 % conserval mais de 70% da cobertura florestal. Neles o número de ocupantes distribue-se desigual

(*) Ver: Bentes, Rosineide, Emmi, Marília e Acevedo, Rosa - Os Cemitérios de Castanheiras do Tocantins. Belém, março 1988, Mimeo.

mente. Foi registrado no momento da vistoria (mês de julho) nenhum ocupante em pelo menos duas áreas. Entretanto, é difícil precisar essa informação. O ritmo desordenado de ocupação modifica de noite para os dias

Seguindo a tabela II podemos verificar que os Grupos IV e VI, agrupam cinco castanhais, o correspondendo a uma área 17.874,67 ha, eles não apresentam sinais de ocupação. Assim podemos priorizá-o como área para assentamento extrativista pelo fato da cobertura cas tanheira permanecer praticamente intacta. Em situação semelhante en contram-se os castanhais do Grupo V, três castanhais totalizando 15.932 ha. ocupado por seis famílias. A história de conflitos na área reve la que esses castanhais foram objeto de contínua vigilância pelas Guar das Particulares dos "donos de castanhais" para impedir a entrada de posseiros.

O Grupo I aparece num confronto de dados bastante problemá tico. Alguns desses castanhais foram transformados em fazendas e regis traram-se grandes queimadas o que faz duvidar da existência dessa ex tensão de cobertura castanheira. O número de famílias ocupantes é de 255, numa área total de 19.858 ha, compreendendo 6 castanhais. A vis tória registra uma produção agrícola razoável, nos moldes da agricul tura tradicional.

O Grupo II abrange 3 castanhais com uma área de 8.422 ha, ne le encontram-se morando 95 famílias. A indicação desta área para as sentamento extrativista revela-se problemática uma vez que as nego ciaçãoes para aquisição não foram concluídas motivado pela não compro vação de documentação sobre a área pelo atual foreiro.

O Grupo III inclui um único castanhal, com 4.716 ha, e 109 família s ocupantes. Ele foi indicado pelo dirigente do Sindicato de São João do Araguaia como área prioritária para os projetos de assenta mento. Entrará no modelo de assentamento tradicional do MIRAD.

A avaliação desses dados nos permite concluir que apenas os castanhais dos primeiros três grupos mencionados podem responder por uma nova metodologia de assentamentos... se forem vencidas as barrei ras inicialmente mencionadas.

| NOME DO CASTANHAL | ÁREA (ha) | LOCALIZAÇÃO |
|-------------------------|--------------|--------------------|
| 01. Sacrifício | 3.805,0339 | Xinguara |
| 02. Lagoa Bonita | 3.246,5000 | S.João do Araguaia |
| 03. José Leandro | 2.809,5000 | S.João do Araguaia |
| 04. Pedra Branca | 3.531,9000 | S.João do Araguaia |
| 05. Fortaleza I | 3.398,3000 | Marabá |
| 06. Fortaleza II | 3.067,1000 | Marabá |
| 07. Mal Arrumado | 1.800,0000 | Marabá |
| 08. Cristalândia I | 3.596,6125 | Marabá |
| 09. Cristalândia II | 3.025,5650 | Marabá |
| 10. Abóbora | 4.413,2492 | Xinguara |
| 11. Sampaio I | 4.417,9493 | Xinguara |
| 12. Sampaio II | 3.646,3250 | Xinguara |
| 13. Cuxiú I | 1.756,0000 | S.João do Araguaia |
| 14. Cuxiú II | 5.738,3000 | S.João do Araguaia |
| 15. Boa Esperança | 3.744,3000 | S.João do Araguaia |
| 16. Veneza /Cotovelo | 5.780,0000 | S.João do Araguaia |
| 17. Santo Antonio I | 493,9000 | S.João do Araguaia |
| 18. Santo Antonio II | 660,0000 | S.João do Araguaia |
| 19. Consulta | 4.716,6350 | S.João do Araguaia |
| 20. São Benedito I | 3.140,8100 | Marabá |
| 21. São Benedito II | 2.740,0000 | Marabá |
| 22. Lagedo | 4.305,7000 | Marabá |
| 23. Boca do Cardoso | 8.704,3000 | Marabá |
| 24. Pimenteira | 2.972,9000 | Marabá |
| 25. Motor Queimado I | 4.800,0000 | Marabá |
| 26. Motor Queimado II | 3.595,3087 | Marabá |
| 27. Poção do Oléo | 3.598,5603 | Marabá |
| 28. Pau Preto | 8.681,8400 | Marabá |
| 29. São Félix do Centro | 3.573,5000 | Marabá |
| 30. São João do Centro | 3.498,2000 | Marabá |
| 31. São Pedro do Centro | 3.653,7000 | Marabá |
| 32. Castanheiras | 3.593,7000 | Marabá |
| 33. Santa Cruz da Tona | 3.294,2000 | Marabá |
| 34. Limão ou Juriti | 3.521,4000 | Xinguara |
| 35. Caetetu Podre | 3.597,0000 | Marabá |
| T O T A L | 130.918,2889 | |

FONTE: MIRAD-Levantamento Sócio-Econômico do Polígono Castanheiro do Tocantins (diagnósticos).

TABELA II

Diagnóstico das áreas visitadas que ainda mantêm características de castanhas

| Grupos | nome dos castanhais | área (ha) | No. de ocupantes famílias | capacidade natural de uso da terra | | revestimento florístico | principais culturas | | Produtividade/por ha / |
|--------|---|-------------|---------------------------|--|--------------------------|---|--------------------------------------|-------------------------------|--|
| | | | | alta | baixa | | permanente | temporária | |
| I | Sacrifício, Lagoa Bonita, José Leandro, Pedra Branca, Fortaleza I e II. | 19.858,3339 | 255 | exploração extrativista da castanha e bri-carvão | lavoura, criação de gado | mata (70%) predominando Castanha e Babaçu. | cupuaçu, café e críticas | arroz mandioca feijão banana | arroz - 12 sacos farinha - 20 sacos milho - 5 a 10 sacos feijão - 5 a 10 sacos castanha - 5 hl/colocação |
| II | mal arrumado, Cristalândia I e II. | 8422,1775 | 95 | extrativismo da castanha e madeira. | lavoura, criação de gado | mata (70%) predominando castanheiras | cupuaçu e críticas | arroz milho feijão | - |
| III | Consulta | 4716,6350 | 109 | - | - | mata (75%) predominando castanheiras. | espécie frutífera em pequena escala. | arroz, feijão, milho mandioca | arroz-20 sacos; banana-200 sacos milho-17 sacos; farinha-60 sacos feijão-11 sacos; castanha-0,5/ar |
| IV | S. Benedito I S. benedito II | 5880,81 | 0 | - | - | mata (99%) sendo [70%] castan | - | - | não foi encontrada na área qualquer tipo de cultivo |
| V | bocas do Cardoso, Lasedo e pimenteira | 15982,90 | 6 | culturas tropicais pastagens artificiais | - | floresta densa intercalada com floresta aberta. Predominam: castanheira, babaçu mogno, cedro, angelim | - | - | Castanha - 200 hl/safra. |
| VI | motor queimado I e II poção do Óleo | 11.993,869 | 0 | culturas tropicais pastagens artificiais | - | floresta densa intercalada com floresta aberta. Predominam: Castanha, babaçu. | - | - | não foi encontrada na área qualquer tipo de cultivo. |
| | TOTAL | 66854,7254 | 549 | - | - | - | - | - | - |

FONTE: MIRAD - Levantamento Sócio-econômico do Polígono Cast. do Tocantins (diagnóstico)